



Comunicação Comunitária em Era de Digitalização dos Meios: Possibilidade de Democratização?¹

Joana Vidal Maia²
Universidade Federal do Ceará

Resumo

Há tempos os movimentos sociais vem buscando seu espaço na mídia e as suas próprias mídias para colocar em pautas as suas reivindicações. Estamos em um pós-Conferência Nacional de Comunicação, no qual a digitalização dos meios e sua legislação foi pauta bastante discutida. O Sistema Brasileiro de TV Digital já tem modelo aprovado. Compreender as mudanças que a TV Digital traz e entender como a utilização dos veículos de radiodifusão se deu até então no país nos faz refletir sobre a questão e tentar responder a pergunta: há uma possibilidade de a digitalização dos meios ser acompanhada da democratização da comunicação?

Palavras-chave

comunicação comunitária; esfera pública; televisão comunitária; TV digital

Momento Histórico

Entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2009 ocorreu, em Brasília, a primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que abordou a temática “Comunicação: meios para a construção de direitos e cidadania na era digital” e teve a participação dividida entre a sociedade civil, o Estado e o empresariado da área.

A escolha do tema não foi um acaso. Em vez de falar do passado, de como a comunicação estruturou-se no Brasil ao longo do tempo, criou-se perspectivas para um futuro. Do que pode vir a ser. A chamada “era digital” está chegando e é necessário garantir políticas públicas para que ela não repita os erros que foram cometidos nos sistemas analógicos. O sistema digital é real e já está implantado em algumas capitais brasileiras, mesmo que ainda longe do nosso alcance devido aos altos custos de aparelhos.

Existem, no Brasil, movimentos históricos de luta pela democratização da comunicação. É informação conhecida que, ao total, apenas 11 famílias e igrejas, formando grupos midiáticos, detém quase todos os veículos de comunicação do País; sem falar nas inúmeras rádios comunitárias fechadas todos os anos por serem ilegais

¹ Trabalho a ser submetido ao IJ Comunicação, Espaço e Cidadania do XII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, a ser realizado do dia 10 ao dia 12 de junho na Universidade Estadual da Paraíba em Campina Grande - PB

² Estudante do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará – habilitação em Jornalismo



paralelamente à espera que gira em torno de oito a dez anos para se conseguir uma autorização e a rádio poder funcionar.

Devemos, nesse momento, lembrar que as concessões de radiodifusão são públicas e renováveis. No dia 02 de dezembro de 2009, às 21h20, comemorou-se dois anos da primeira transmissão digital da televisão brasileira, mas ela, aos moldes da televisão no seu início, chega apenas à parte da população que detém alto poder aquisitivo. Dias depois, na Confecom, foram aprovadas as propostas que nortearão as políticas públicas para o sistema.

Apesar de os movimentos sociais não conseguirem que as outorgas de TV digital fossem distribuídas igualmente entre entes privados, públicos e estatais, foi aprovada a proposta de criação de um fundo público de comunicação que seria mantido por uma taxa sobre as empresas que utilizem o espectro ou detenham uma concessão pública. Outra das propostas rejeitadas foi a de que 30% da programação e produção das emissoras fosse regional e independente.

Quanto à multiprogramação, ainda não há clareza sobre como ela será tratada. Uma proposta encaminhada pela Abra, que representa a Band e a RedeTV!, pedia a liberação da multiprogramação em todos os meios digitais, inclusive na televisão aberta, foi aprovada e consta no documento final da conferência. Ao mesmo tempo, em outro ponto, há uma restrição a que as empresas de telecomunicações produzam conteúdo e o limite de 25% dos canais das operadoras das TVs pagas produzidos por uma mesma empresa.

Sobre o sistema de radiodifusão, temos aprovada a descriminalização das rádios comunitárias sem outorga e a anistia dos processados e condenados por realizarem esse tipo de trabalho; a criação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Comunicação Comunitária, que vem viabilizar a implantação de rádios e TVs comunitárias; a destinação de canais de rádio e TV para emissoras comunitárias, universitárias e públicas no modelo digital e a criação de mecanismos de interatividade para TV digital. A própria inclusão digital foi aprovada como proposta de política pública.

Quanto à interatividade, a proposta é que se crie um modelo desta, mas não há parâmetros delineado sobre como esse modelo deve ser e que tipo de funções deve cumprir.

Vide as condições apresentadas, o que devemos esperar do sistema brasileiro de televisão digital daqui por diante? É possível que tenhamos uma legislação para o futuro que realmente democratize a comunicação, numa perspectiva de, além de garantir a



legalidade, financie os altos custos que a digitalização impõe? Devemos estar cientes que as propostas da Conferência Nacional de Comunicação, mesmo as aprovadas, não são deliberativas, mas norteadoras de políticas públicas. Cabe ao governante que sucederá os oito anos de governo Lula ter o pulso que as colocará, ou não, em prática.

A televisão no Brasil

A televisão é um veículo de comunicação que capta ondas eletromagnéticas no espectro e as converte em som e imagem instantaneamente. Por ter um aparelho receptor (o televisor) que capta ondas de radiofrequência, a televisão pode ser considerada como uma extensão do rádio – por isso quando se fala em radiodifusão incluimos ambos os veículos.

Apesar de o primeiro sistema de transmissão eletrônica de imagens em movimento ter ocorrido em Londres, no ano de 1925, a televisão chegou ao Brasil somente na década de 1950. Em 18 de setembro de 1950, Assis Chateaubriand inaugura a TV Tupi, em São Paulo. O canal era ligado ao conglomerado de mídias do mesmo dono, o Diários Associados, que já possuía jornais impressos e estações de rádio espalhados pelo Brasil. Como ainda não se produzia a tecnologia televisiva nacionalmente, todos os equipamentos tiveram que ser importados por Chateaubriand, que, além de realizar as transmissões no canal, espalhou em pontos estratégicos da cidade 200 aparelhos televisores. O transmissor foi colocado no topo do edifício do Banco do Estado de São Paulo.

Ao longo de toda a década de 1950 outros canais foram instalados como a TV Tupi do Rio de Janeiro, a TV Record e a TV Paulista. A quantidade de televisores no País também foi aumentando, apesar de ainda serem necessariamente importados e, portanto, caros e símbolo de status. A linguagem de televisão era ao vivo e de improviso, pois não existia videotape e a referência de transmissão que se tinha era a do rádio; além disso, a programação não tinha horário fixo, dependia de como ela era conseguida ser feita ao longo do dia e dos eventuais problemas técnicos que poderiam aparecer. O primeiro noticiário, “Imagens do Dia” foi transmitido no dia 19 de setembro do mesmo ano.

Desde então a televisão só foi ganhando corpo e público no Brasil. As décadas seguintes, marcadas por mudanças de conjuntura política e costumes, foram período também de inovações tecnológicas – surgia o videotape (VT), a tevê a cores e a transmissão via satélite. Os aparelhos iam tornando-se mais baratos, pois empresas



estrangeiras instalaram-se aqui e passaram a vender produtos mais baratos que os importados; o VT foi o elemento que possibilitou às emissoras transmitir programas gravados em outras cidades.

A linguagem e o estilo de se fazer televisão, antes tão parecidos com os do rádio, foram criando caras próprias até seguirem rumos diferentes, quando a televisão passou a ter um modelo de produção que fosse mais de acordo com suas características próprias até assumir o papel que cumpre hoje, de oferecer informação e entretenimento, produtos e serviços. O que devemos ver é que essas mudanças que tornaram a televisão o grande veículo que é hoje foram favorecidas pelo cenário político que foi se delineando ao longo daquelas décadas:

Isto se deu em grande parte como conseqüência das transformações econômicas, políticas e culturais promovidas pelo governo Kubitscheck (1956-61). Em seguida ela foi igualmente impulsionada pela aprovação do Código de Telecomunicações (1962) e pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (1963) que constituíram as bases legais para a concessão e exploração dos canais de TV. E finalmente, a partir de 1964 ela foi beneficiada pelo regime militar, que passou a vê-la como um instrumento de integração cultural e política da nação brasileira.

(JAMBEIRO, 2002, pág. 51-52)

A própria programação passou por mudanças. Com a possibilidade de se transmitir de outros locais, o local foi perdendo espaço para os grandes centros produtores que surgiram em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que veio a criar, depois, a programação em rede com a qual convivemos até hoje, juntamente ao sistema de afiliações.

Nesse momento os veículos anteriormente irmãos foram tornando-se cada vez mais distintos, tanto em estética como em sistema de produção industrial. O rádio foi procurando um caráter cada vez mais regional e buscando atingir públicos específicos. Já a televisão tornou-se um grande veículo de massa, chegando a quase 100% dos lares brasileiros e levando até eles uma programação nacional.

Quanto às emissoras, percebemos que temos uma pequena quantidade de redes nacionais, uma quantidade um pouco maior de redes regionais – mas que são afiliadas de uma rede nacional, ou seja, está ligada a ela em questões editoriais. Além disso, as redes regionais geralmente são controladas por grandes grupos econômicos que costumam deter o monopólio de comunicação naquele local. A televisão via internet surgiu a pouco tempo como alternativa e ainda não foi muito explorada; por ter características específicas ao seu suporte material, o computador, sua forma de transmissão, a World Wide Web, e dispor de toda a multimídia disponível no



veículo, ela ainda está em processo de descobrir sua própria linguagem. Já as redes estatais trazem uma proposta de televisão ainda pequena e pouco diversificada; boa parte delas tem poucas horas de conteúdo próprio, passando grande parte do tempo transmitindo as sessões da câmara, por exemplo, o que permite ao cidadão acompanhar mais de perto os trâmites do legislativo e as ações dos políticos eleitos; aparentemente, essa proposta de televisão estatal não vem numa perspectiva de oferecer uma alternativa e fazer concorrência às grandes emissoras.

Já observamos como se deu o imenso crescimento da televisão no Brasil e como foi se delineando sua importância. Vimos a evolução de sua linguagem, de seu formato e como ela cedo foi reconhecida por grupos políticos. Vemos também sua penetração na sociedade e daí já podemos prever como seu uso é estratégico para todos aqueles que tentam fortalecer alguma ideologia. Vejamos agora como foi a construção do sistema de televisão digital.

O que é TV Digital?

"O consumidor sabe que a TV digital é melhor que a analógica, mas não sabe direito porque" (Marcio Portella Daniel em matéria no jornal A Tarde, publicada dia 29 de novembro de 2009). A fala do diretor de Eletrônicos de Consumo da Samsung mostra bem qual é a realidade da compreensão do brasileiro sobre o tema, apesar de partir de uma análise puramente mercadológica que relaciona fabricante e comprador. As questões também nos fazem perceber que, apesar de já existir transmissão de sinal digital no Brasil, ele ainda é pouco explorado e muitas vezes confundido com a transmissão analógica em HD (*high definition*, sistema que prioriza nitidez e qualidade da imagem em detrimento do número máximo de canais a serem transportados em uma mesma frequência). Ainda que a transmissão de maior qualidade técnica faça parte da TV digital, ela não é a única distinção entre esta e o sistema analógico. Outras características próprias são, por exemplo, a interatividade, que é a grande chamada desse sistema e um dos elementos mais estudados pelos pesquisadores, e a acessibilidade, além de uma recepção diferenciada.

Como nos mostra a imagem abaixo, o sinal de TV Digital, apesar de sair da uma única torre, não chega só ao aparelho de televisão que possui um conversor, seja ele interno ou externo. O sinal é captado também por veículos que possuam receptores, aparelhos celulares e computadores com receptores portáteis, o que dá ao sistema a idéia de que as pessoas podem ter acesso à programação em qualquer lugar a qualquer hora.



Histórico da TV Digital no Mundo

A pauta da digitalização do sistema de radiodifusão surge na década de 1970, no Japão, com a busca pelo desenvolvimento de um sistema de alta definição que proporcionasse ao telespectador sensações de percepção semelhantes às de uma sala de cinema. Nesse momento, os cientistas da NHK Science & Technical Research Laboratories compreenderam que a tecnologia analógica não era capaz de realizar a compressão necessária para o volume de informações que a HD pedia. Somente o advento das tecnologias digitais possibilitaria isso.

A partir de 1997, o Japão, que já havia sido pioneiro com o sistema Muse, passa a engatinhar no desenvolvimento do sistema ISBD. Em 1º de dezembro de 2000 foi realizada a primeira transmissão em HDTV, atingindo 14 milhões de aparelhos ou um terço dos domicílios japoneses, substituindo a operação do Muse pelo padrão totalmente digital ISBD. O grande diferencial:

(...) o sistema japonês apresenta uma inovação, a segmentação de banda, a qual permite a subdivisão de um único canal em até 13 segmentos diferentes. Essa inovação é a maior facilitadora do objetivo para o qual o sistema foi desenvolvido: o oferecimento, num único suporte tecnológico, de diversos serviços de comunicação, permitindo a convergência total das transmissões televisivas com a internet, telefones celulares 3G, entre outros.

(BOLAÑO E VIEIRA, 2004, pág. 109)

A partir de 2003, começam também os serviços de transmissão digital terrestre.

Não foi somente o Japão que realizou pesquisas tentando solucionar essas questões de transmissão. Na década de 1980, a Europa entrava também nesse âmbito, chegando, em 1986, a uma alternativa similar à japonesa, batizada de MAC (*Multiplexed Analog Components*). Daí, os europeus trilharam um caminho próprio em busca de uma melhor qualidade de transmissão. Coube à Europa a descoberta de como comprimir os arquivos sem que eles perdessem qualidade nesse processo e pudessem ser transmitidos de forma satisfatória em alta definição.

Paralelamente aos esforços europeus, os Estados Unidos da América também conseguiam avanços tecnológicos. Radiodifusores, fabricantes e governo estadunidense estavam alinhados em busca de uma solução nacional para o problema. Em 28 de novembro de 1995, o país apresenta o ATSC como padrão norte-americano de TV digital e até 2006 todas as emissoras comerciais e não-comerciais já estariam atuando somente com essa tecnologia. Em todo o planeta há, atualmente, cerca de cem estações atuam com o padrão ATSC.



TV Digital no Brasil

A pesquisa de TV digital no Brasil se iniciou em 1994, a partir de uma parceria do grupo SET/Abert e da Universidade Mackenzie que passaram a pesquisar os três padrões existentes: ATSC (Estados Unidos), ISDB (Japão) e DVB (Europa). O primeiro sistema digital a entrar no mercado brasileiro foi o da DirecTV, em 1996; ao final do mesmo ano, a SKY chega para competir, mas ambos os sistemas são pagos e caros, inacessíveis a maior parte da população. Somente em 2003, a partir do decreto no. 4091, assinado pelo presidente Lula, foi criado o Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD).

O padrão de televisão digital utilizado nacionalmente é o ISDB-TB (Integrated Services Digital Broadcasting – Terrestrial Brasil), uma adaptação do sistema japonês ISDB-T que foi acrescido de pesquisas brasileiras. Esse padrão foi escolhido por obter:

(...) performance superior quanto à recepção do sinal por antenas internas, as quais estão presentes em cerca de 22% dos pontos receptores de televisão do país, além de maiores índices de imunidade a ruído e flexibilidade quanto às aplicações tecnológicas de que se pretende dotar esse novo suporte, tais como a radiodifusão de sons e imagens e a recepção móvel ou portátil. Há, ainda, mais uma vantagem do padrão japonês sobre o europeu: o ISDB-T privilegiaria a instalação de novos canais em nosso território, aspecto de importância considerável, dado o fato de que após a implantação do sinal digital o analógico deverá ser mantido por um período de, no mínimo, dez anos, para que as pessoas que não puderem adquirir equipamentos que permitam a recepção daquele sinal possam continuar a ter acesso à programação gratuita de televisão. (BOLAÑO E VIEIRA, 2004, pág. 120-121)

Desde o segundo semestre de 2007, as emissoras têm migrado lentamente seus programas para o formato digital. O sistema que iniciou suas transmissões à moda do início da televisão no Brasil na década de 1950, somente em São Paulo e com altos custos, acessível a uma pequena parte da população, tem se expandido gradativamente para as capitais.

O Brasil criou um projeto de televisão digital aberta, grátis e livre, na qual o sinal seria transmitido gratuitamente para todos os aparelhos que tivessem o receptor adequado, independentemente de serem aparelhos televisores ou dispositivos móveis.

Apesar disso, até hoje, a TV digital é conhecida por poucos brasileiros e utilizada por uma quantidade ainda menor, devido aos altos preços de aparelhos conversores. As próprias emissoras de televisão que possuem o sinal o subutilizam em suas pontencialidades interativas, passando, na maioria das vezes, a programação normal em boa qualidade de imagem e som. As próprias possibilidades de interatividade ainda não são bem definidas, mas já há uma possibilidade do que elas poderiam vir a ser:



Aqui cabe um pequeno parêntesis para explicarmos o que poderá compor a TV Interativa, ou seja, os canais virtuais e o *enhanced TV*. Os canais virtuais estão mais diretamente relacionados a serviços oferecidos ao usuário, como *home banking*, canal do tempo, guia eletrônico de programação, compras, votação, perguntas e respostas. O *enhanced TV* estaria mais relacionado com a programação existente (que pode ser perfeitamente aproveitada), agregando-se elementos informacionais e que permitem também uma interatividade, ou seja, uma intervenção do telespectador no conteúdo exibido.

(WAISMAN, 2010, pág. 2)

E mais:

TV Interativa não é somente comércio como querem alguns, não é só entretenimento como querem outros e nem só mais uma tecnologia que vem para que o povo invista mais uma fatia do seu salário. É uma nova filosofia do processo de comunicação, do processo de aprendizagem, de encontros e trocas, de conhecermos nossos pares que estão assistindo ao mesmo programa que nós e que podem ter as mesmas idéias e necessidades. É uma forma de resgate do sentido do coletivo e das comunidades, das redes de informação e aprendizagem beneficiadas e facilitadas pela tecnologia.

(WAISMAN, 2010, pág. 3)

Além disso, o sistema digital amplia a quantidade de canais: na banda de espectro que hoje comporta um canal analógico podem caber até quatro canais digitais. Uma das grandes brigas desse momento é que as grandes emissoras querem ter direito a ocupar esses quatro canais (que equivalem à banda de um analógico).

Atualmente, vivemos um momento conflituoso. O sistema de TV digital vem sendo objeto de disputa entre grandes emissoras, empresas de telecomunicações e agentes comunitários. A própria TV digital não tem espectador próprio, pois devido aos altos preços de aparelhos conversores, as pessoas têm dado preferência a dispositivos móveis. Estamos cercados de novas tecnologias que não conseguimos dominar plenamente.

Uma vez que compreendemos o novo sistema e suas possibilidades reais devemos partir agora para a discussão de como a comunicação comunitária se encontra atualmente e porque é importante que ela tenha seu espaço.

Comunicação Comunitária

A perspectiva de explorar a comunicação comunitária surge com a organização dos movimentos sociais nas décadas de 1960 e 1970. A princípio centrados na pauta de democracia devido ao regime de cerceamento de direitos em vigor no Brasil àquela época, marcado pela censura dos meios de comunicação, os movimentos necessitavam criar espaços para expressar suas idéias. Foi a época do *boom* da imprensa alternativa,



da qual um dos ícones é O Pasquim, jornal que combatia o regime militar e praticava uma linguagem diferente, centrada no humor.

Com o advento da democracia representativa em 1985, houve uma diversificação da organização e da pauta. Apesar de ainda existirem organizações como sindicatos e partidos políticos, movimentos independentes também se fazem presentes junto de temas como ambientalismo, questões do gênero feminino, homossexuais, produção cultural e a própria democratização da comunicação também passaram a estar nas discussões cotidianas, embora boa parte das vezes ainda tenha embutido em si um novo projeto de sociedade menos desigual. Essas reivindicações geralmente não têm espaço de intervenção na grande mídia, pois os grandes grupos são aliados do poder público em questão de manutenção da sociedade tal qual ela se encontra.

Essas reivindicações geralmente não encontram espaço de intervenção na grande mídia, pois o poder público e os grupos que controlam o oligopólio da comunicação se encontram, nesse momento, aliados num sistema de manutenção das atuais condições sociais. Daí surge a necessidade de esses movimentos criarem seus próprios veículos de comunicação popular³; entre outras, as principais utilidades dadas a esses meios são as de educar, informar e divulgar a produção cultural:

Em síntese, a comunicação popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.
(PERUZZO, 2006, pág. 4)

Atualmente há uma grande ampliação dessas práticas comunicativas. Além dos movimentos sociais, outros setores da sociedade também estão realizando esses tipos de experiências, como estudantes e moradores de alguma comunidade específica; temos, por exemplo, rádios comunitárias de baixo alcance e jornais de bairro.

Embora tenha como principal mote a convergência entre produção e consumo, através, inclusive, da gestão compartilhada dos veículos, essa não é a única característica que norteia a comunicação comunitária. Raquel Paiva (2007) aponta as principais propriedades dessa forma de fazer comunicativo:

³ No Brasil, adotou-se o termo “comunicação comunitária” para referir-se a práticas de comunicação popular no sentido de serem feitas “pelo povo” e “para o povo” (PERUZZO, 2006)



(a) É uma “força contra-hegemônica”, no sentido de estar em disputa com a grande mídia, considerada hegemônica, e trazer atores diferentes;

(b) A multiplicidade de vozes que se faz presente a partir do momento em que também as classes subalternas se fazem ouvir;

(c) Produção de novas formas de linguagem, uma vez que consumo e produção se cruzam, a forma se aproxima muito mais da fala do dia-a-dia;

(d) A diferenciação no próprio sistema produtivo, contando até com trabalhadores não-assalariados, uma vez que movidos por ideais – nesse ponto entra também a questão da dificuldade de sustentabilidade desses veículos, já que os patrocínios várias vezes podem querer vir a interferir no conteúdo daquilo que é divulgado;

(e) Existe uma forte presença do propósito educativo, fazendo com que a atividade não se esgote na produção de notícias, mas haja o trabalho de levar contextos e capacitações, tanto para a melhor compreensão das comunidades sobre o que acontece como para educar no sentido de capacitar esses atores;

(f) A facilitação de novas pesquisas tecnológicas, uma vez que os comunicadores estão sempre buscando novas formas de levar suas mensagens;

(g) A reflexão sobre comunicação que surge nesse espaço, contribuindo como formação política e social para aqueles que participam.

Televisão Comunitária

Num país onde os meios são tidos como imparciais e detentores da verdade, avaliamos que as poucas redes existentes são fatores que condicionam boa parte dos brasileiros a ter uma visão unilateral dos fatos e uma quantidade menor ainda e realizar uma experiência de comunicação. Já foi dito que a televisão se encontra em quase 100% dos lares brasileiros, o que mostra ser o veículo de preferência e credibilidade da maior parte da população. Logo, é compreensível porque a escolha dele. Também é o veículo de produção mais cara e que exige conhecimento técnico mais avançado, o que justifica, em partes, o pouco uso dado pelos movimentos.

Assim como as rádios, não existe um só tipo de tevê comunitária no Brasil. Cicília Peruzzo (2000) nos mostra a diversidade de modos que as comunidades e movimentos sociais encontraram para utilizar esse veículo:

(1) UHF: são transmissões em Ultra High Frequency a nível local. Geralmente esse tipo de canal “comunitário” passa boa parte do tempo retransmitindo a



programação de algum canal educativo e tem poucas horas de produção local. Além disso, não é um sistema de concessões, mas de outorga de permissão de uso;

(2) VHF: canais de baixa potência (150 watts), eles funcionam na televisão aberta e atingem comunidades específicas. Como não possuem concessão para funcionar, também não têm grade de programação ou de horários fixa, entrando no ar ocasionalmente. É considerada uma forma de protesto, uma vez que contesta o sistema de concessões públicas e a grade de programação da grande mídia;

(3) TV de Rua: também conhecida como TV Itinerante, se constitui geralmente de produções de vídeo com participação efetiva da população que são exibidas em espaços públicos como praças, mas também em escolas, postos de saúde ou associações de bairro e sindicatos;

(4) Canal Comunitário na TV a Cabo: é o único que tem legislação própria para funcionar, a Lei 8.977 de 6 de janeiro de 1995. Esta estabelece que as beneficiárias de concessões que realizam transmissões a cabo têm que disponibilizar seis canais de utilização gratuita, divididos em três canais legislativos (para o Senado Federal, Assembléia Legislativa, Câmara de Deputados/Vereadores); um canal universitário para uso compartilhado das universidades que tem sede naquela área de prestação de serviços; um canal educativo-cultural, reservado para órgãos dos governos (federal, estadual e municipal) que tenham ações nas áreas de cultura e educação e um canal comunitário para uso de associações e entidades sem fins lucrativos.

Esse sistema apresenta algumas problemáticas. Apesar de ser o único canal que disponibiliza toda a sua programação a produções comunitárias, sem interferência do governo, da grande mídia ou de órgãos repressores por conseguir funcionar legalmente, é um canal a cabo, e grande parte da população não tem acesso a ele por está disponível apenas para quem possui essa modalidade de televisão paga. Além disso, se constitui de um único canal a ser dividido por todas entidades que dele quiserem fazer uso, sendo que numa localidade que existam diversas associações de bairro, organizações não-governamentais, sindicatos movimentos sociais que queiram utilizá-lo, tem-se uma pequena quantidade de horas disponível para cada um deles.

Esfera Pública

Em tempos de globalização e midiaticização, era de se esperar que a esfera pública (aquela na qual as relações sociais são travadas e onde os fatos acontecem)



também passasse por transformações e, acompanhando-a, o exercício das relações e da cidadania.

Um exemplo claro disso é a Internet. Hoje não é mais necessário estar-se presente no mesmo espaço e ao mesmo tempo para se conversar e interagir com outra pessoa. Temos ferramentas de diálogo instantâneas, que, no caso, necessitam de convergência apenas temporal, e temos também outras ferramentas que nem isso: as redes sociais nos permitem deixar mensagens para serem lidas somente algum tempo depois e serem respondidas instantaneamente. Espaço e tempo se confundem.

Wilson Gomes (1998) traz uma perspectiva na qual essa nova esfera pública confunde os contornos entre o público e o privado. Podemos ver isso claramente em páginas virtuais nas quais expomos nosso dia-a-dia e, porque não, também nossa intimidade clara para que outras pessoas vejam, se identifiquem, comentem. A interação, atualmente, está diretamente ligada a conteúdos que anteriormente costumavam estar resguardados.

Podemos acrescentar que os meios de comunicação passam então a serem essenciais para a atuação e exercício da cidadania. Tornou-se muito difícil que uma pessoa ou movimento social seja reconhecido se ele não está ativo em alguma mídia; além disso, como já foi dito anteriormente, há uma grande dificuldade de essas ações e reivindicações serem pautadas na grande mídia.

O acesso a ferramentas de comunicação torna-se também o acesso a possibilidade de se fazer real para o restante da população, levando suas idéias, produções e anseios.

Considerações Finais

A Confecom aprovou o reconhecimento do direito humano à comunicação; o sistema de TV digital adotado no Brasil amplia a disponibilidade de canais no espectro, mas o interesse em tornar essa diversidade real, até o momento não se mostrou presente por parte do poder público ou da grande mídia; pelo contrário, o que aconteceu até agora é que uma mesma empresa de comunicação quer continuar detendo a nova quantidade de canais digitais que antes correspondiam a um canal analógico.

A legislação sobre TV Digital não se encontra feita ainda, mas se depender dos atuais veículos de comunicação – e os maiores, como a Rede Globo e a Rede Record, inclusive negaram-se a participar da Conferência Nacional de Comunicação, recusando-



se a discutir as políticas públicas do tema – teremos leis que farão a manutenção do oligopólio encontrado no sistema analógico.

Esse é o momento de levar as discussões para universidades, comunidades e sociedade. O sistema brasileiro de TV Digital pode nos trazer possibilidades reais de democratizar o acesso à produção de informação, mas ainda é necessária muita pressão por parte dos interessados em trazer essa democracia dos meios. Além disso, os equipamentos para a produção televisiva em tecnologia digital são caros. Não adianta ter uma lei que possibilite a prática, se não existe sustentabilidade; é necessária também a cobrança de subsídios para que o projeto torne-se real.

Não é possível, nesse momento, responder se a digitalização dos meios trará a multiplicidade de vozes tão sonhada por uns e tão combatida por outros. As propostas aprovadas em relação à radiodifusão comunitária são indicadores de uma política pública de comunicação menos centralizada, mas daí a elas serem implementadas é preciso ainda vontade política de fazê-lo. Há espaço para todos no espectro e os movimentos sociais e comunidades devem brigar para ocupá-lo.

Referências Bibliográficas

BOLAÑO, César e VIEIRA, Vinícius Rodrigues. *TV Digital no Brasil e no Mundo: Estado da Arte*. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, Vol. VI, n.2, Mayo-Ago. 2004

GOMES, Wilson. Esfera pública, política e media II. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene Bentz e PINTO, Milton José (orgs.) *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Unisinos, 1999

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2002

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária In: PAIVA, Raquel (org). *O retorno da comunidade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cicília. *Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária*. 2006

PERUZZO, Cicília. *TV Comunitária no Brasil: Aspectos Históricos*. 2000

WAISMAN, Thais. *TV Digital Interativa na Educação: afinal, interatividade para quê?*. 2010



<http://www.contee.org.br/noticias/msoc/nmsoc1001.asp> - acessado em 20 de abril de 2010 às 17h24

<http://radiozumbijp.blogspot.com/2010/01/propostas-da-abraco-aprovadas-na.html> - acessado em 20 de abril de 2010 às 17h45

<http://claytonseveriano.com.br/?p=1026> – acessado em 20 de abril às 18h20

<http://www.tudosobretv.com.br/histortv/historbr.htm#> - acessado em 20 de abril de 2010 às 20h19

<http://www.atarde.com.br/economia/noticia.jsf?id=1296003> – acessado em 03 de maio de 2010 às 17h12